

GUAIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional) CNPJ: 28.056.960/0001-92

Balancos Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
Ativo/Circulante		76	2
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	72	2
Outros Créditos		4	-
Não Circulante		30.490	6.731
Ativo Financeiro	5	30.486	6.731
Imobilizado		4	-
Total do Ativo		30.566	6.733

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros					Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Adiant. Fut. de Capital Social	Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2017						
Integralização de Capital Social	6.616	2.321	-	-	(46)	2.295
Absorção dos Prejuízos Acumulados	-	-	(46)	-	46	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	110	110
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	3	(3)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(15)	(15)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	9	-	(92)	-
Em 31 de dezembro de 2018	6.626	2.321	46	3	6.675	6.675
Integralização de Capital Social	13.374	-	-	-	-	13.374
Adiantamento P/Futuro Aumento de Capital	-	9.586	-	-	-	9.586
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	15	-	-	15
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	319	319
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	16	(16)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(76)	(76)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	227	-	(227)	-
Em 31 de dezembro de 2019	20.000	9.586	288	19	29.893	29.893

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

Nota 01 - Contexto Operacional: A Guairá Transmissora de Energia S.A. (Companhia em fase pré-operacional) iniciou suas atividades em 19 de junho de 2017. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 28.056.960/0001-92, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300297401, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, Sala 2, bairro Rebouças, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 23/2017, Lote 2 - NEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 168, de 28 de agosto de 2017, seção 3, página 110, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 2 do Edital nº 05/2016 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por LT 230kV Guairá - Umuarama 108 km; e SE 230/138kV Londrina Sul, 3 x 50 MVA. As Instalações de Transmissão estão localizadas no estado do Paraná, compostas pela Linha de Transmissão Guairá - Umuarama, segundo circuito, em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 108 km, com origem na Subestação Guairá e término na Subestação Umuarama Sul, pela SE Londrina Sul, unidades de transformação 230/138 kV, 3 x 50 MVA com unidade reserva; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de capacitores, estrada de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Guairá ainda tem por responsabilidade a 1ª implementação do gerenciamento dos reatores 13,8kV na SE Guairá, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações; II - a implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) - Apucarana C1 e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana. O investimento está estimado em R\$ 136,105 milhões, a partir de setembro de 2017, adotando o REDI (descontando os tributos PIS e COFINS e incluindo o DIFAL, benefício solicitado e homologado pela Receita Federal do Brasil. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas operações realizadas em 2019, e o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019. No dia 03 de fevereiro de 2020 foi concedida pela administração da empresa a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Nota 03 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:** 3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 3.2 Conspirações Entre Contas: Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. 3.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. 3.4 Ativo Financeiro: A Guairá é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. 3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável: A remuneração da Companhia é garantida como um recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica ICPC 05. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia. A amortização do recebível reflete o prazo em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem duração com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores. Sendo como base de data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia futura, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas. 3.4.2 Ativo Financeiro - Não Indenizável: Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são classificados em curto e longo prazo considerando o prazo de recebimento destes valores. Sendo como base de dados do Ativo Financeiro está relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens revertíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. 3.4.3 Contabilização de contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão. 3.4.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 01 de março de 2019, sem ressalvas. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guairá Transmissora de Energia S.A. (Companhia em fase pré-operacional) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 01 de março de 2019, sem ressalvas. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Demonstração do Resultado do Exercício Encerrados em 31 de Dezembro de (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Recetta Operacional Líquida	8	23.252	6.550
(-) Custos Ativo Financeiro		(23.293)	(6.581)
Lucro Bruto	(41)	(31)	-
Recettas (Despesas) Operacionais			
Operações antes das Obrigações e Despesas Financeiras		(41)	(31)
Resultado Financeiro	9	492	176
Receitas Financeiras		502	180
Despesas Financeiras		(10)	(4)
Resultado antes do IR e da CS	451	145	-
Contribuição Social Conferido		(10)	(10)
Imposto de Renda - Diferido		(91)	(22)
Resultado Líquido do Exercício	319	110	-
Lucro por Ação:	0,02	0,02	-

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Contrato de Concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entram em operação. 3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão: A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. 3.5 Recetta de aplicação financeira: A recetta de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros. 3.6 Ajuste de resultado: O resultado das operações é ajustado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 3.7 Forma de tributação: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicadas para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas estimativas para o regime de lucro real. 3.8 Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 3.9 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Os aportes de capital foram registrados no momento de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC. 3.10 Imobilização: O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Anel. 3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça estimativas e julgamentos em relação a certos aspectos de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis. 3.12 Mensuração do Valor Justo: A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. No mercado principal para o ativo ou passivo; e - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais líquido para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios de controle econômico do ativo em seu melhor uso possível vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. 3.13 Adoção inicial aos novos pronunciamentos emitidos: Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC): • CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil: Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A Companhia avaliou e identificou que não há impacto para a aplicação do CPC 06 (R2) em suas demonstrações contábeis em 2019.

	2019	2018
Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2019	2018
Bancos Conta Movimento	72	2
Total	72	2

	2019	2018
Nota 05 - Ativo Financeiro	2019	2018
Ativo Financeiro	2.281	180
Custo	2.281	180
Valor Líquido Contábil	4.270	180
(+) Ajuste ao valor presente	180	(4)
Saldo Final	6.731	(10)

	2019	2018
Nota 06 - Resultado do Exercício	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	319	110
Resultado Líquido do Exercício de 2018	-	(46)
Constituição de Reserva Legal - %	(16)	(3)
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	(76)	(15)
Saldo à Disposição da Assembleia	227	46

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, o colúquio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrados em 31 de Dezembro de - Método Indireto (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Das Atividades Operacionais	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	319	110
Ajustado por: Obrigações Fiscais Diferidas	131	35
Ajuste ao Valor Presente - Ativo Financeiro	(502)	(180)
Resultado Líquido do Exercício Ajustado	(52)	(35)
Outros Créditos	(4)	-
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(31)	-
Fornecedores	49	(6)
Obrigações Sociais	37	-
Obrigações Fiscais	67	(1)
Aumento (ou Diminuição) do Passivo	423	(7)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	367	42
Das Atividades de Investimento	2019	2018
Aquisição de Ativo Imobilizado	(4)	-
Constituição do Ativo Financeiro	(23.253)	(4.270)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(23.257)	(4.270)
Das Atividades de Financiamento	2019	2018
Integralização de Capital Social	13.374	4.295
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.586	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	22.960	4.295
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	70	17
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2	19
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	72	2

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC 01 R1/IFRIC 12, pois a Guairá Transmissora de Energia S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato. **Nota 06 - Fornecedores**

	2019	2018
Fornecedores	325	6
Total	325	6
A vencer em até 30 dias	324	6
Vencidas a mais de 30 dias	1	-
Total	325	6
Em Reais R\$	325	6
Em Reais R\$	325	6

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia. **Nota 07 - Patrimônio Líquido:** a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000.000 (Vinte milhões de reais), dividido em 20.000.000 (Vinte milhões) ações ordinárias sem valor nominal. Durante o exercício de 2019, houve o aumento de capital social no montante de R\$ 13.374.000 (Treze milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais), aprovado em assembleia geral. b) Adiantamento Futuro Aumento de Capital: Aporte de R\$ 9.586 (Nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil reais) aprovado em assembleia dos acionistas para definitiva integralização do capital. c) Reserva de Lucros: **Proposta de Distribuição de Resultados**

	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	319	110
Resultado Líquido do Exercício de 2018	-	(46)
Constituição de Reserva Legal - %	(16)	(3)
Saldo	(76)	(15)
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	(76)	(15)
Saldo à Disposição da Assembleia	227	46

	2019	2018
Nota 08 - Recetta Operacional Líquida	2019	2018
Recetta de Construção - Transmissora	23.252	6.550
Recetta Operacional Bruta	23.252	6.550
(-) Deduções da Recetta	(203)	61
Recetta Operacional Líquida	23.252	6.550

	2019	2018
Nota 09 - Resultado Financeiro	2019	2018
Recetas Financeiras	502	180
Ajustes a Valor Presente	(502)	(180)
Recetas Financeiras	2019	2018
Despesas Financeiras	(10)	(4)
(-) Despesas Bancárias	(10)	(4)
Resultado Financeiro	492	176

Nota 10 - Provisão para Contingências: A empresa não mantém provisões para contingências, pois não há processos juntos aos assessores jurídicos externos cuja a possibilidade de perda tenha sido avaliada como de risco "provável". **Nota 11 - Cobertura de Seguros:** A administração considera que o montante da cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

Diretoria

Carlos de Loyola e Silva - Diretor Presidente
Joel Biseia da Silva - Contador CRC PR-027982/O-0

adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossas trabalhos.

Curitiba (PR), 21 de fevereiro de 2020
Cristiano José Ribeiro dos Santos
Contador CRC (SC) nº 022.513-O-0
Fabio Eduardo Lorenzon
Contador CRC (SC) nº 026.215-O-6